vinetur

# Deputados marroquinos contestam impostos sobre o álcool propostos no Orçamento para 2027

Os críticos afirmam que o aumento dos impostos poderá encarecer hotéis e restaurantes e levar alguns consumidores a procurar álcool não regulamentado

quinta-feira, 5 de novembro de 2026



O debate em Marrocos sobre o Orçamento para 2027 centrou-se, na terça-feira, 3 de novembro, nos impostos sobre o álcool e o tabaco, quando os deputados da comissão de Finanças da câmara baixa divergiram sobre se o aumento dos impostos geraria receita sem prejudicar o turismo e o mercado formal.

Várias deputadas manifestaram preocupação durante a análise do projeto de orçamento pela comissão, argumentando que o aumento dos impostos sobre as bebidas alcoólicas poderia ter efeitos económicos mais amplos do que o Governo prevê. Segundo a publicação marroquina Yabiladi, que noticiou o debate, Fadoua Rajouani, da União Socialista das Forças Populares, que integra a maioria governamental, e Sanaa Fawzi, da oposição Aliança da Federação da Esquerda, estiveram entre as deputadas que questionaram a medida.

As deputadas afirmaram que uma subida dos preços de venda a retalho poderia afetar o turismo e o setor da hotelaria e restauração, sobretudo se os hotéis e restaurantes repercutissem os custos mais elevados nos clientes. Alertaram também que o encarecimento do álcool vendido através de canais legais poderia levar parte do mercado a recorrer a vendas informais, expondo os consumidores a produtos não regulamentados.

A questão tem suscitado atenção por se situar na confluência entre a política orçamental, a saúde pública e um setor turístico que continua a ser importante para a economia marroquina. Se as alterações fiscais forem aprovadas, poderão aumentar os custos para produtores, importadores e distribuidores de bebidas alcoólicas, bem como para os hotéis, com possíveis efeitos nos preços das ementas, nas margens e nas decisões de compra em todo o setor da cerveja e do vinho. O debate levantou também uma questão mais ampla: se Marrocos deverá aplicar um regime fiscal diferente às bebidas produzidas localmente e aos produtos importados, um aspeto que, segundo alguns deputados, merece ser analisado separadamente.

O ministro das Finanças, Fouzi Lekjaa, defendeu os aumentos propostos, afirmando que seriam demasiado reduzidos para alterar o comportamento dos turistas ou diminuir a atratividade de Marrocos como destino. Disse aos deputados que o aumento previsto seria de 1,55 dirhams por litro de cerveja e 1,15 dirhams por litro de vinho. Na sua

opinião, esses valores não são suficientemente elevados para influenciar a escolha de destino de um viajante ou prejudicar de forma significativa a procura no setor turístico.

Lekjaa defendeu também o aumento dos preços do tabaco, apresentando-o como parte de uma estratégia gradual para reduzir o consumo de tabaco. Afirmou que uma subida constante dos preços era necessária para conter o consumo e incentivar os fumadores a deixar de fumar.

A troca de argumentos reflete uma tensão recorrente nos debates orçamentais: os governos procuram frequentemente obter mais receita fiscal com produtos considerados não essenciais ou prejudiciais, enquanto deputados e empresas alertam para os efeitos indesejados que os aumentos de preços podem ter no turismo, no comércio a retalho e no comportamento dos consumidores. No caso de Marrocos, os críticos no parlamento centram-se menos no argumento da saúde pública do que na possibilidade de os aumentos propostos pressionarem as faturas dos hotéis, os preços dos restaurantes e o mercado legal de bebidas.

O alerta sobre o mercado informal foi uma parte central do debate. Os deputados afirmaram que, se o álcool vendido legalmente ficar mais caro, alguns consumidores poderão procurar alternativas mais baratas fora dos canais de venda regulamentados. Na sua opinião, isso poderá aumentar a circulação de produtos de origem e qualidade incertas. Esta mudança não afetaria apenas os consumidores, mas poderia também aumentar a pressão sobre as empresas licenciadas, que já suportam custos fiscais e de cumprimento da regulamentação que os vendedores informais não têm.

A proposta continua integrada no projeto mais amplo de Orçamento para 2027, que ainda está a ser analisado. O debate parlamentar de 3 de novembro mostrou que até aumentos relativamente modestos podem tornar-se politicamente sensíveis quando afetam o turismo, os preços dos hotéis e o equilíbrio entre a produção nacional e as bebidas importadas. Os deputados que se opuseram à medida não rejeitaram a tributação em princípio, mas instaram o Governo a considerar uma abordagem mais específica, sobretudo para os produtos alcoólicos vendidos por empresas formais que servem tanto residentes como visitantes.